

**Ensaio analítico sobre a requalificação do Parque da Sementeira
em Aracaju/SE:
aspectos da infraestrutura verde e azul**

SESSÃO TEMÁTICA: ET3: DIMENSÃO BIOFÍSICA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA
GESTÃO DA PAISAGEM

Lina Martins de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: linacarvalho@academico.ufs.br

Weslainy Lemos Santos Fontes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)
E-mail: weslainy.lemos@academico.ifs.edu.br

Marcela Teles Santos
Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas - Núcleo Sergipe (ABAP-SE)
E-mail: arq.marcelateles@gmail.com

RESUMO

O crescimento urbano acelerado e a consequente degradação ambiental nas cidades brasileiras reforçam a necessidade de qualificar parques urbanos como componentes estruturantes da infraestrutura verde e azul. Este estudo analisa o potencial do Parque da Sementeira, em Aracaju/SE, para integrar redes de infraestrutura verde e azul, identificando suas potencialidades e fragilidades no contexto socioambiental urbano. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica sobre parques urbanos, infraestrutura verde e azul e paisagismo sustentável, complementada por análise documental do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (Aracaju, 2000) e levantamento das características ambientais e estruturais do parque. Os resultados indicam que, embora a cidade disponha de áreas verdes relevantes — como manguezais, parques ecológicos e corredores vegetados ao longo de avenidas, canais e corpos hídricos — ainda há ausência de planejamento integrado que favoreça a conectividade ecológica. Conclui-se que a requalificação do Parque da Sementeira, com ênfase no uso de espécies nativas, medidas sustentáveis de manejo de águas pluviais e criação de corredores ecológicos, é fundamental como elemento pertencente a uma futura infraestrutura verde e azul de Aracaju, gerando benefícios socioambientais, culturais e paisagísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Infraestrutura Verde e Azul; Parque Urbano; Requalificação.

ABSTRACT

The accelerated urban growth and the resulting environmental degradation in Brazilian cities reinforce the need to enhance urban parks as structuring components of green and blue infrastructure. This study analyzes the potential of Parque da Sementeira, in Aracaju, Sergipe, to integrate green and blue infrastructure networks by identifying its strengths and weaknesses within the urban socio-environmental context. The research is based on a literature review on urban parks, green and blue infrastructure, and sustainable landscape design, complemented by documentary analysis of Aracaju's Urban Development Master Plan (Aracaju, 2000) and a survey of the park's environmental and structural characteristics. The results indicate that, although the city has relevant green areas—such as mangrove forests, ecological parks, and vegetated corridors along avenues, canals, and water bodies—there is still a lack of integrated planning that supports



ecological connectivity. The study concludes that the requalification of Parque da Sementeira, with emphasis on the use of native species, sustainable stormwater management measures, and the creation of ecological corridors, is essential for its role within a future green and blue infrastructure network for Aracaju, generating socio-environmental, cultural, and landscape benefits.

KEYWORDS: Landscape; Green and Blue infrastructure; Urban Park; Redevelopment.

1 INTRODUÇÃO

Os princípios ecológicos, amplamente discutidos e difundidos desde a década de 1970, emergiram como crítica direta ao modelo de desenvolvimento urbano responsável por significativos danos ambientais. Esse movimento influenciou não apenas a criação de parques urbanos em diversas partes do mundo, mas também transformou a prática da arquitetura paisagística, reforçando a valorização da conservação de remanescentes de ecossistemas nativos nas cidades (Macedo, 1999). Nesse cenário, os parques urbanos passam a exercer papel fundamental como espaços livres estruturantes, capazes de integrar funções ecológicas, sociais, culturais e paisagísticas.

O Parque da Sementeira, situado na malha urbana de Aracaju/SE e classificado como parque ecológico, desempenha um papel essencial enquanto espaço verde permeável ao abrigar fauna e flora. Esta importante mancha verde (Dramstad, Olson e Forman, 1996) vem sendo alvo de constantes requalificações ao longo dos anos; contudo, seu papel estruturante na cidade ainda carece de análises e planejamentos em múltiplas escalas. A partir dessa reflexão, definiu-se como objetivo desta pesquisa analisar a atual requalificação do Parque da Sementeira e os aspectos que evidenciam suas potencialidades e fragilidades para a implantação de uma infraestrutura verde e azul. Os objetivos específicos incluem: investigar historicamente a relevância dos parques urbanos, com ênfase nos classificados como ecológicos; realizar levantamento em documentos legais sobre parques ecológicos e sua presença em Aracaju; refletir sobre os conceitos de infraestrutura verde e azul; e contextualizar a importância urbanística, histórica e ambiental do parque em questão.

A metodologia adotada envolveu visitas *in loco*, pesquisas bibliográficas, análise de legislações federais, estaduais e municipais, além de levantamento de reportagens para compreensão das alterações realizadas no parque em questão, uma vez que não se obteve acesso ao projeto implementado. Assim, este artigo busca compreender o impacto do Parque da Sementeira na malha urbana e seu potencial como elemento estruturante para uma possível consolidação e implantação de uma rede de infraestrutura verde e azul na capital.

2 A IMPORTÂNCIA DA REQUALIFICAÇÃO DE PARQUES PARA O INCREMENTO DE INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL NAS CIDADES BRASILEIRAS

O século XX foi marcado pela expansão das cidades brasileiras, com acréscimo de novas áreas periféricas e rurais, de modo que espaços de rico valor ambiental, fossem incorporados ao perímetro urbano. Esses espaços passaram a ser constituídos como



parques urbanos, na tentativa de responderem à demanda de criação de novos espaços de lazer, incentivados pela intensificação de hábitos esportivos, preocupações com a saúde e demanda por educação ambiental (Macedo, 2012; Miranda, 2014). A partir de 1970, os novos parques urbanos passaram a ter uma configuração mais diversificada de suas atividades, em resposta às demandas modernas sociais de aquisição de espaços acessíveis à coletividade (Macedo e Sakata, 2010).

Para Kliass (1993), os parques urbanos devem ser públicos e com predominância de elementos naturais que sejam destinados à recreação. Já Macedo (2012) considera os parques urbanos contemporâneos como “um espaço de convívio social múltiplo, tendo como base o lazer e possibilitando as mais diversas formas de interação, tanto entre os indivíduos entre si como destes com elementos naturais (vegetação e água) e com diferentes formas de vida animal.” (Macedo, 2012, p. 142). Com a valorização das questões ambientais e aumento das reivindicações sobre a recuperação de áreas degradadas e requalificação da paisagem urbana, passaram a ser implementados “parques ecológicos” em todo o país, cujo intuito era a recuperação de ecossistemas como mangues e restingas, reintrodução de espécies nativas e garantia da restauração do ambiente natural original (Miranda, 2014).

De acordo com Brasil (2019), o parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer; no entanto, ao possuir maior extensão que praças e jardins, torna-se ferramenta crucial para o enfrentamento das crises climáticas, proporcionando qualidade socioambiental e cultural às cidades. A definição do CONAMA (2006) para área verde inclui parques: “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”. O termo “parque ecológico” não é categorizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000), embora sua função ecológica ser inerente, esse termo vem sendo amplamente referenciado em legislações municipais e estaduais.

A falta de unidade na legislação sobre o termo “parque ecológico” no Brasil torna permissiva a criação de áreas verdes/parques. Muitos se apresentam como ecológicos, mas não possuem funções compatíveis, causando problemas de conservação e de gestão, permitindo que áreas com baixa, ou nenhuma, função ecológica sejam vistas como grandes atores ambientais, mesmo sem produzirem impactos positivos significativos na biodiversidade local. É importante ressaltar a necessidade de alinhamento conceitual entre os termos propagados pelas legislações nacionais e municipais, como forma de regulamentação dos espaços naturais da cidade e a continuidade de sua preservação e valorização. Essas definições, alinhadas entre as esferas nacionais e municipais, são relevantes para que haja planejamento sustentável que vise a proteção da biodiversidade e um desenvolvimento urbano consciente e atrelado à natureza.

Para Power (2007), “parque ecológico” é um termo que deve ser relacionado ao entendimento do que significa ecológico “em uma paisagem projetada dentro de um contexto altamente urbanizado” e está relacionado a promoção da qualidade sociocultural. O autor reflete que “(...) o uso do termo 'ecologia' no contexto de um parque ecológico tenha como intenção referir-se à sustentabilidade do programa e da manutenção, mais do que à proteção do *habitat* ou dos recursos naturais”. Macedo e Sakata (2002) afirmam que os parques ecológicos surgem no Brasil na década de 1980 a partir da proposta de revitalização e conservação das várzeas que restavam intactas do rio



Tietê, permitindo uma contribuição positiva do ponto de vista ecológico a nível nacional, com a conservação da várzea como entidade ecológica útil ao lazer urbano, marcando a criação de uma série de outros projetos pelo país.

A requalificação desses espaços surge, segundo Macedo e Sakata (2002), como uma resposta às novas demandas sociais (lazer, cultura, preservação ambiental e integração comunitária), não sendo apenas estéticas, mas funcionais (acessibilidade, infraestrutura, segurança e usos), defendendo que os espaços livres, consequentemente os parques urbanos, favorecem a cidadania e a vida coletiva. Proporcionam ainda novas características e relações com a biodiversidade e a sustentabilidade urbana, como corrobora Raimundo e Sarti (2016), ao relataram que os parques ganham novos significados e provém serviços ecossistêmicos voltados à sociedade.

Os parques são elementos estratégicos para o incremento de infraestrutura verde e azul nas cidades, pois podem ser incorporados às propostas de reforma urbana, servindo de instrumento para aumentar a permeabilidade do solo de áreas já consolidadas, trazendo maior multifuncionalidade espacial e uma rede ecológica estruturante no meio urbano. A infraestrutura verde e azul é uma solução socioambiental que utiliza elementos naturais interligados em uma rede multifuncional de vegetação e corpos d'água nas cidades, integrando os ambientes construídos e naturais, úteis à mitigação das alterações climáticas. O objetivo da infraestrutura verde e azul é reintroduzir ou incrementar a biodiversidade urbana, através dos serviços ecossistêmicos, em benefício do viver, circular, trabalhar e se divertir nas cidades (Alves, 2009; Herzog, 2013).

Assim, esses sistemas interconectados, com parques, corredores e zonas úmidas, ajudam a proteger a biodiversidade, além de mitigarem as mudanças climáticas. Considerando os desafios urbanos atuais, de implementação de uma drenagem urbana sustentável, adequada aos princípios da infraestrutura verde e azul, em complementação à infraestrutura cinza, aposta-se nas redes estruturantes de serviços ecossistêmicos, como práticas de permeabilidade do solo, arborização urbana, incentivo à criação de parques urbanos e estabelecimento de zonas úmidas, como alternativas benéficas à cidade (Valente *et al.*, 2022).

As manchas (*patches*), arestas (*edges*), corredores (*corridors*) e mosaicos (*mosaics*) (Dramstad, Olson E Forman, 1996); os centros (*hubs*), ligações (*links*) e sítios (*sites*) (Benedict e McMahon, 2006); e as manchas (*patches*), corredores (*corridors*) e matriz (*matrix*) (Ahern, 2007), são elementos estruturantes e estratégicos para a formação dessas infraestruturas nas cidades. A identificação desses elementos de configuração espacial ecológica é de extrema importância para a priorização das áreas urbanas de valor ambiental e paisagístico, a serem aproveitadas para sistemas de infraestrutura verde e azul. Os parques são manchas verdes significativas da malha urbana, muitas vezes configurados como espaços de ancoragem e preservação da biodiversidade, por isso, devem ser incorporados nos planos urbanísticos de melhoria ambiental e paisagística. Conectando-os a ruas, avenidas e áreas de menores proporções, como praças, cria-se uma rede ecológica em atendimento aos princípios da ecologia da paisagem (Ahern, 2007).

3 ARACAJU E O POTENCIAL PARA INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL

A cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, localiza-se às margens do oceano Atlântico e possui população de 602.757 habitantes sob área de 182,16 km², segundo o IBGE (2023). Sua ocupação inicial se deu em 1855 (Nogueira, 2004) e seu crescimento

resultou em aterros e supressão de áreas vegetadas, principalmente mangues. À medida que o processo de urbanização se intensifica, em meados do século XX, observamos o perímetro urbano alcançar as margens dos principais rios que banham o município, os rios Sergipe, Vaza Barris e Poxim. A preocupação ambiental, já presente nesse período, possibilitou a preservação de áreas de várzea através da delimitação de Parques Ecológicos, ou, mais recentemente, de Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) (Aracaju, 2000) (Figura 1).

Figura 1: Esquerda: Mapa das Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) (Aracaju, 2001); Direita (A, B e C): Exemplos de avenidas com áreas permeáveis.



Fonte: Esquerda: Prefeitura Municipal de Aracaju¹ e Aracaju, 2001², adaptado pelas autoras, 2025. Direita (A, B e C): Teles, 2023/2025. Observações: A (Av. João Amazonas); B (Av. Min. Geraldo B. Sobral); e C (Av. Jornalista Santos Santana).

Sobre os aspectos de infraestrutura verde, a partir da Figura 1 (esquerda), observa-se que a capital possui áreas de manguezais e parques ecológicos (centros), avenidas e ruas com áreas permeáveis e canais de drenagem (ligações), praças e áreas verdes menores (sítios) espalhadas pela malha urbana. Todos esses espaços possuem relação com a configuração espacial da paisagem sugerida por Benedict e McMahon (2006), sendo fácil perceber essa correlação na cidade de Aracaju e seu potencial para composição de infraestrutura verde.

¹ Disponível: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/mapas/poster-P.pdf>. Dez/2025.

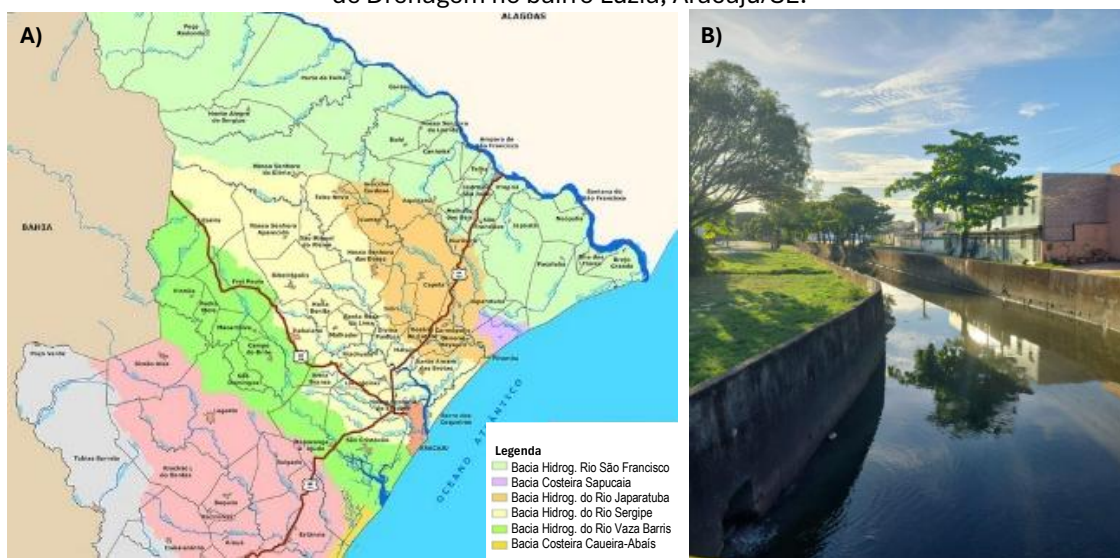
² Disponível: https://www.aracaju.se.gov.br/obras_e_urbanizacao/mapas_de_aracaju/. Dez/2025.

Os manguezais cumprem função de preservação, atuando como barreiras naturais contra alagamentos, reguladores da qualidade de água e *habitats* da biodiversidade. Já os parques, localizados nos interstícios da cidade, possuem menor extensão, mas desempenham papel relevante na proteção ecológica, oferecendo serviços ambientais, como drenagem natural, infiltração de águas pluviais, regulação de microclima, abrigo da biodiversidade e função social de lazer, que fortalecem a relação sociedade e natureza.

As avenidas e ruas com áreas permeáveis e canais de drenagem (a exemplo das Figuras 1A, 1B e 1C), possuem potencial para transformarem-se em infraestrutura verde e azul, uma vez que atualmente não se constituem como tal. Já as praças e áreas verdes menores, por estarem dispersas na cidade, contribuem para a uma possível conexão entre os demais elementos de configuração espacial paisagística da cidade.

Sobre os aspectos de infraestrutura azul é importante observar que o município é constituído por características naturais bastante particulares, a cidade “foi sendo construída com grande impacto ambiental, pela fragilidade das condições naturais (mangues, dunas, lagoas e restingas)” (França, 2005). Assim, seu sítio é ambientalmente frágil, de baixa altitude e com baixos níveis de declividade, o que exige gestão mais atenta às águas fluviais e pluviais, tendo em vista sua localização à jusante das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Vaza Barris (Figura 2A). Observa-se um lençol freático alto e elevada permoporosidade, fazendo com que se torne frequente a incidência de enchentes e alagamentos em períodos de fortes chuvas (França, 2014).

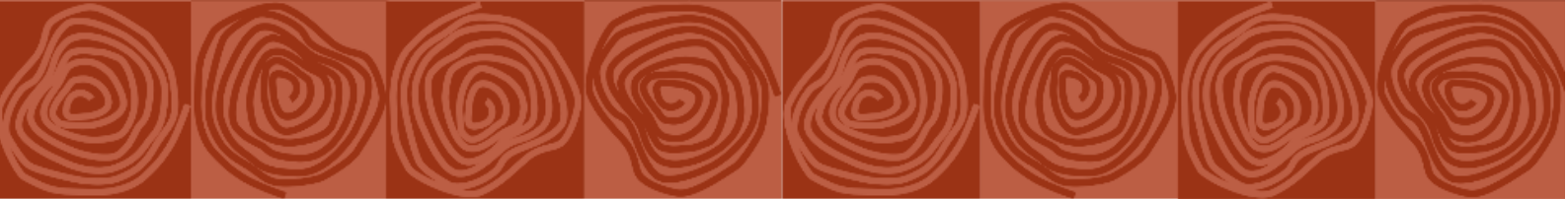
Figura 2: Esquerda: A) Bacias Hidrográficas de Sergipe e localização de Aracaju; Direita: B) Canal de Drenagem no bairro Luzia, Aracaju/SE.



Fonte: A) A8SE, 2016³, adaptado pelas autoras, 2025; B) Santana, 2023.

A configuração urbana da Capital foi formada por um modelo convencional de drenagem, através da canalização de seus cursos hídricos - a chamada infraestrutura cinza. Esses canais não são utilizados apenas para a retenção das águas pluviais: também recebem, de

³ Disponível: <https://a8se.com/noticias/sergipe/sergipe-tem-nova-divisao-hidrografica/>. Dez/2025.



forma irregular, o despejo de esgoto doméstico. Isso gera um processo contínuo de insalubridade urbana, agravado pela sobrecarga da água nos períodos de fortes chuvas e a destinação sem tratamento adequado desse volume que é lançado em rios e mares (Figura 2B).

Nessa conjuntura, percebemos a importância ambiental dos parques urbanos de Aracaju ao promoverem maiores áreas vegetadas e permeáveis, além de disponibilidade de espaços para a implementação de estratégias de retenção e acúmulo das águas pluviais na superfície. O PDDU (Aracaju, 2000) é a política urbana responsável por delimitá-los, considerando-os como “Parques Ecológicos” contidos nas Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA):

Consideram-se Parques Ecológicos, as áreas verdes em acelerado processo de degradação ambiental ou cujo conjunto ainda seja de notável valor natural, destinados a uso público, a fim de garantir e promover o nível de arborização da cidade, e os índices de permeabilidade do solo e de proporcionar uma relação harmônica entre os meios antrópico e natural (Aracaju, 2000, p. 19).

Foram contabilizados 7 (sete) parques ecológicos, segundo o PDDU (Aracaju, 2000), todavia vale frisar sobre a existência de um oitavo (8) que diz respeito ao Parque da Cidade localizado ao norte, e que se configura como importante área de preservação ambiental da Mata Atlântica (Aracaju, 2000) (Figura 1). Os parques totalizam uma área de 4,78 km² e possibilitam uma distribuição de 7,93 m² de parque por habitante em Aracaju. Localizam-se de forma dispersa pela cidade, abrangendo as porções norte, centro e sul do município.

Ao longo do seu processo histórico de implementação e manutenção, a maioria dos parques se apresentam com baixo uso e baixa conectividade na malha urbana, necessitando serem vistos como áreas comuns de benefício urbano. Vale frisar que alguns deles acabam sendo negligenciados, degradados com despejo irregular de lixo e susceptíveis ao avanço do mercado imobiliário. O Parque da Sementeira, por ser central e foco da valorização imobiliária, vem ganhando destaque atualmente por receber os maiores investimentos em termos de melhoria de sua infraestrutura.

4 PARQUE DA SEMENTEIRA

O Parque Governador Augusto Franco, vulgo Parque da Sementeira, foi originado de um campo de sementes com o cultivo de coqueiros no final da década de 1970. Ao longo dos anos, a área foi apropriada pelo Governo Municipal, transformada em parque e aberta ao público ao final da gestão do então prefeito Heráclito Rollemberg (1979-1982) (Barreto *et al.*, 2010), seguindo a tendência de incorporação de parques ao planejamento ecológico das cidades recentemente iniciado.

Distante à 4km do centro de Aracaju, o parque atualmente possui 396.019 m² delimitado pelas avenidas Oviedo Teixeira (oeste), Jornalista Santos Santana (norte), Governador Paulo Barreto de Menezes (leste) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Paraíba (CODEVASF) (ambas ao sul). Faz fronteira ainda com o rio Poxim, importante elemento de

valor paisagístico e hídrico para o município, com acessos facilitados pela presença de ciclovias e calçadas para caminhadas e lazer.

O entorno do parque caracteriza-se, atualmente, por uma malha urbana consolidada, verticalizada e de crescente valorização imobiliária. Os edifícios residenciais de alto poder aquisitivo se beneficiam da infraestrutura, vista embelezada do parque e de comércios e serviços presentes no entorno, a exemplo de centros comerciais de alta relevância econômica para o município.

O parque foi considerado como ecológico pelo PDDU (Aracaju, 2000), sendo assim, foram estabelecidos parâmetros em seu uso, tais como limite de taxa de ocupação e permeabilidade e controle quanto aos usos turísticos e atividade econômica privada. Apesar disso, torna-se importante destacar a necessidade de revisão de tais diretrizes para o parque, uma vez que o referido plano diretor se encontra desatualizado em mais de 25 anos.

Mesmo não se configurando como uma área originalmente ecológica, em que se preserve o ecossistema natural do local, atualmente, o parque se configura como um espaço de grande importância ambiental, atuando como elemento de fruição da paisagem. Por ter uma vegetação que cria condições de alimentação e refúgio para fauna (algumas espécies de aves em processo de extinção utilizam o espaço para a reprodução, como as corujas, arara pequenina etc.) também qualifica a experiência humana. Além de criar um microclima local, e ser uma grande área de permeabilidade, o parque serve como espaço de educação ambiental.

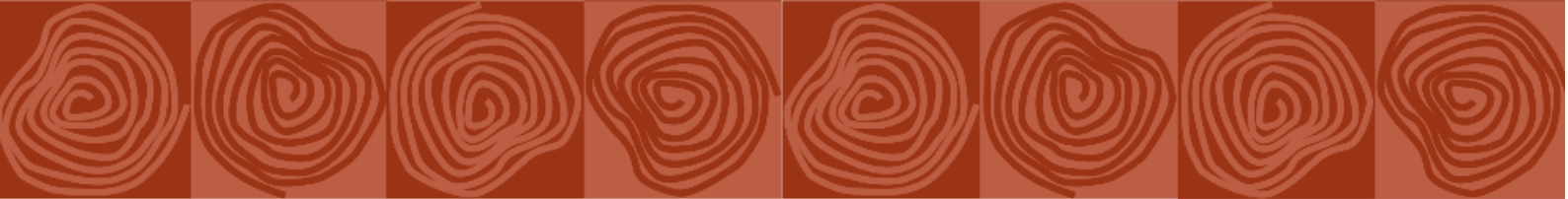
4.1 Caracterização ambiental da requalificação do Parque da Sementeira

Como qualquer importante espaço verde e sociocultural de uma cidade, o Parque da Sementeira vem recebendo adaptações constantes ao longo dos anos – melhorias e ampliações das possibilidades de uso pela população – acompanhando o desenvolvimento da malha urbana de seu entorno, principalmente nos últimos 10 anos. Tais comparações podem ser observadas nas vistas áreas do parque nos anos de 2003, 2013 e 2025 (Figura 3).

Figura 3: Linha do tempo ilustrada – Parque da Sementeira.



Fonte: GoogleMaps, 2003, 2013, e 2025, respectivamente; adaptado pelas autoras, 2025.



Com relação ao exterior do parque, observa-se no mapa de 2003 (Figura 3), que em suas adjacências havia uma malha urbana tímida em desenvolvimento, com poucas vias urbanizadas e edificações no entorno imediato. Apesar da Av. Jornalista Santos Santana, ao norte, já ser uma grande via de acesso ao bairro Jardins, as edificações do entorno apresentavam ainda uma ocupação basicamente horizontal. Dez anos depois, 2013, já se encontravam importantes edifícios verticais, os lotes adjacentes da Av. Jornalista Santos Santana estão totalmente ocupados ao norte, e, pontualmente ocupados ao sul e oeste. A Av. Oviedo Teixeira já se encontra pavimentada. É possível observar o predominante uso residencial multifamiliar no entorno, evidenciando o parque como importante equipamento de lazer e de valorização imobiliária, tornando-se um fator influente no estudo sobre os vetores de expansão urbana da capital (França, 2019). No ano de 2025, esse entorno apresenta-se totalmente consolidado.

Com relação ao interior do parque, observou-se, entre 2003 e 2013 (Figura 3), pequenas alterações em sua infraestrutura. Os caminhos foram reforçados e ampliados, com criação de percursos alternativos, como as trilhas que permanecem em solo natural, próximas à entrada principal e às lagoas. É possível verificar o surgimento de novas construções e equipamentos que diversificaram o uso do parque, como: quadra de futebol, *deck* contemplativo nas lagoas, estacionamento externo, quiosques, além da implantação do planetário. Quanto à vegetação, observa-se aumento tímido da arborização e diversificação das espécies.

Na última década, as discussões sobre a revitalização do parque têm sido constantes, incluindo apresentação de proposta de projeto realizado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner, em 2013, que já valorizava o meio ambiente com o incremento de infraestrutura verde e azul. Em 2023, o então prefeito Edvaldo Nogueira autorizou um novo projeto de reurbanização do Parque da Sementeira, propondo, entre outros elementos estruturais, novos bosques e minadouro, abordando o discurso da modernidade, acessibilidade e impacto significativo na qualidade de vida dos cidadãos, com foco na preservação ambiental, aumento da biodiversidade e benefício da fauna local (Aracaju, 2023).

Recentemente entregue aos cidadãos aracajuanos como um cartão postal, em 2025, o parque apresentou uma série de transformações espaciais. Nas visitas de campo, pôde-se observar, principalmente no que se refere a cobertura vegetal, um aumento significativo não apenas no quantitativo, mas na diversidade de espécies encontradas no parque, sugerindo um avanço nas políticas públicas de arborização. A implantação dessas novas vegetações segue em constante plantio, com mudas advindas do Horto Municipal e de doações ao parque.

Também foi observado o aumento dos níveis de impermeabilização do solo com a implantação de novos equipamentos e espaços de lazer (quiosques, bancos, *decks*), complexo de práticas esportivas (quadras), parques infantis, espaço de intervenções artísticas e estacionamento, jardins sensoriais e o orquidário (Aracaju, 2025). O acréscimo de novas guaritas ampliou as rotas de uso, com equipamentos por toda extensão do parque, que antes se concentravam nas proximidades do acesso principal e lagos. Apesar de proporcionar mais espaços para os indivíduos se relacionarem com a natureza é necessário um olhar crítico sobre o impacto da impermeabilização por asfalto no parque, tendo em vista outras maneiras sustentáveis para construção de estradas e passeios. Todavia, por não haver diretrizes sobre tal implantação em parques ecológicos, torna-se permissivo e limitante a forma como são planejadas e executadas as reformas de requalificação do parque.

4.1.1 Aspectos da Infraestrutura Verde

O Parque da Sementeira segue ano após ano aumentando sua arborização. Em 2017, “o terreno possuía uma vasta área verde com mais de 112 espécies de árvores, entre frutíferas, exóticas e da Mata Atlântica” (Aracaju, 2017). Já em 2025, “(...) o projeto de revitalização plantou mais de 800 mudas de espécies arbóreas e frutíferas.” (Aracaju, 2025). Tais ações contribuem para a melhoria ambiental e paisagística do parque, além de possibilitar abrigo para fauna e potencializar os serviços ecossistêmicos locais.

O adensamento urbano e a concentração das áreas naturais nas bordas das cidades afastam a fauna nativa que depende de árvores e condições ambientais específicas, restando predominantemente espécies consideradas pragas e animais adaptados ao meio urbano. Essa redução da diversidade faunística evidencia a necessidade de espaços planejados ecologicamente e conectados entre si, capazes de atrair e sustentar espécies nativas no contexto da infraestrutura verde.

Segundo Bruno Moraes, gerente-administrativo do Parque da Sementeira: “No parque você também pode apreciar aves raras como pica-pau, arara pequenina, joão-de-barro, canário, gavião, coruja, rolinha-do-pará e outras” (Aracaju, 2017). A partir do relato podemos compreender a importância sociocultural e ambiental do local enquanto parque ecológico, por servir de espaço de abrigo para aves, insetos e outros animais nativos, colaborando com a sua preservação.

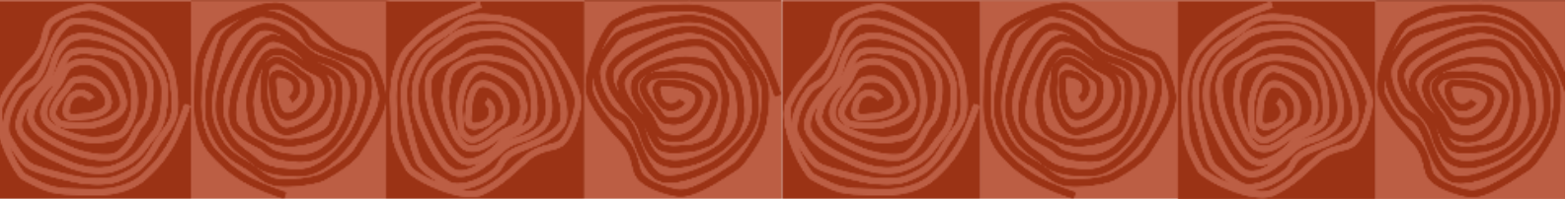
Quando pensamos em uma paisagem sustentável e em infraestrutura verde, é preciso analisar o contexto geográfico e urbano onde o parque está situado (Figura 4). Quanto a geografia, localiza-se no bioma Mata Atlântica (restinga), com solo originário de depósitos marinhos de areia quartzosa, havendo proximidade com corpos hídricos e formação pioneira de influência flúvio-marinha (manguezais). É coerente desenvolver um plano ambiental que seja direcionado à tais características, proporcionando um ambiente equilibrado com a natureza local.

Figura 4: Carta de Solos de Aracaju/SE.



Fonte: Aracaju, 2004, adaptado pelas autoras, 2025.

No entanto, observou-se a existência de uma heterogeneidade de espécies vegetais de vários biomas, não necessariamente pertencentes ao bioma brasileiro, tais como mangelão (*Syzygium cumini*), mangueira (*Mangifera indica*), nim (*Azadirachta indica*) e hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis* L.), que, por não serem nativas, podem acarretar prejuízos de alteração do ecossistema. Assim, torna-se importante avaliar as características locais (solo, clima e vegetações nativas) com o objetivo de obter bons resultados na implantação



de vegetação, sendo ela bem adaptada ao local, evitando a implantação de espécies invasoras que possam causar desequilíbrio ecossistêmico.

Para Cardim (2022), a implantação de espécies nativas em respeito aos biomas contribui com o planejamento sustentável da paisagem. Dessa maneira, objetiva-se proporcionar abrigo e alimento para a fauna nativa, disseminando a vegetação local, em benefício da manutenção do ecossistema. Situação que se demonstra de extrema importância quando observamos os estudos realizados pelo MapBiomas (2024) ao apresentar que Sergipe possui uma das menores proporções de conservação de vegetação nativa, sendo ela de 20%. Compreende-se, assim, que o parque não possui uma abordagem totalmente sustentável como defende Cardim (2022), apesar disto, ele gera contribuições em relação à fauna e serviços ecossistêmicos, sendo sua manutenção de grande importância.

Já no contexto urbano, observamos que o parque é rodeado por avenidas com área central permeável e arborizada. Essa configuração facilita a implementação de uma infraestrutura verde e azul, conectando o parque à outras áreas verdes e permeáveis através de corredores ecológicos a partir de suas avenidas.

4.1.2 Aspectos da Infraestrutura Azul

A partir de visitas às obras de requalificação do parque, pôde-se perceber que foram incorporadas técnicas sustentáveis de drenagem urbana, tais como biovaletas para a retenção das águas pluviais e incremento de vegetação como forma de contribuir com a permeabilidade do solo. Estas são estratégias válidas a serem implementadas em Aracaju, que carece de ações voltadas às medidas de mitigação de alterações climáticas, à exemplo da contenção dos alagamentos tão comuns no município.

Entretanto, pôde-se observar questões a serem discutidas sobre as estratégias apresentadas na requalificação do parque, a exemplo dos tamanhos, formatos e quantidade das biovaletas. A formação natural do sítio de Aracaju se constitui pela presença de áreas húmidas com formação de lagoas naturais (geralmente de formato linear, contínuo e paralelo) (“faixas circundantes” da Figura 1) que cumprem o papel de acomodação natural das águas pluviais e de saturação da água do solo. As propostas das biovaletas apresentadas na requalificação do parque fogem à essa tendência natural, de modo que se constituem de forma: dispersa e não linear; pontual e descontínua; e não paralela (Figura 5A). Tal análise pode ser observada na comparação entre as imagens apresentadas abaixo, em que se observa a espacialização das biovaletas da requalificação atual (Figura 5A) e a proposta de lagoas apresentada pelo Arquiteto Jaime Lerner (Figura 5B) em 2014, cuja proposta não foi implementada, mas que, porém, apresenta configurações mais semelhantes às características naturais do sítio de Aracaju.

Outra questão relevante a se refletir diz respeito ao potencial hídrico do parque em contribuição ao sistema de drenagem. Constitui-se por uma extensa área, podendo servir de ponto de acúmulo superficial natural das águas pluviais, de modo a receber o excesso das águas do sistema convencional, através de tipologias de infraestrutura verde e azul, tais como: jardins de chuva, biovaletas, lagoas pluviais, planos alagáveis, entre outras.

Entretanto, observa-se que a atual requalificação se restringiu a propor estratégias de drenagem para a retenção do acúmulo de água proveniente do próprio parque, segundo informações cedidas por funcionário da obra, havendo ainda a possibilidade de direcionamento das águas excedentes para o sistema de drenagem adjacente. É válido

ressaltar, porém, que a utilização do parque como receptor das águas pluviais, excedentes do sistema convencional, deve ser pensando em conjunto com ações de melhoria da qualidade dessas águas. No sentido de incentivar a conexão das residências à rede formal de esgoto, bem como, utilização de plantas aquáticas e medidas de bioengenharia que proporcionem a purificação dos cursos hídricos.

Figura 5: A) Imagem aérea de satélite da atual requalificação do Parque da Sementeira; B) Projeto de Requalificação do Parque da Sementeira por Jaime Lerner em 2014.



Fonte: A) Google Earth, 2025, adaptado pelas autoras, 2025; B) Infonet, 2014⁴.

Por fim, analisa-se que o parque possui potencialidade para compor a infraestrutura verde e azul na cidade, em conjunto com os demais elementos configuracionais da paisagem, sendo necessário para isso, a implementação de um plano urbano especificamente voltado à essa questão.

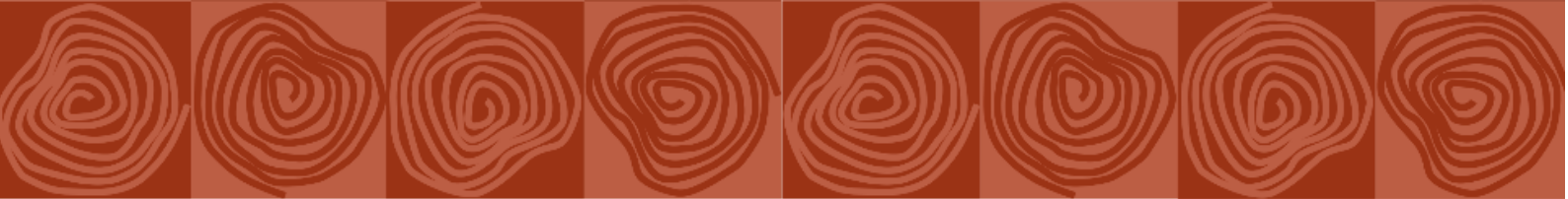
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parque urbano é essencial na formação da paisagem da cidade ao se constituir como um espaço livre público dotado de espaços de lazer e áreas verdes, sendo um espaço de fuga ao dia a dia do cidadão, proporcionando maior contato com a natureza perante as mudanças urbanísticas e sociais da cidade (Macedo, 1999). O Parque da Sementeira, produto da urbanização do final dos anos 70, vem passando por significativas e constantes transformações espaciais, sendo hoje considerado como um parque ecológico urbano.

O presente trabalho buscou aprofundar-se na análise da revitalização do Parque da Sementeira sob o aspecto ambiental e paisagístico, com foco num estudo introdutório sobre aspectos voltados à infraestrutura verde e azul, mostrando-se ser uma abordagem ainda em construção e de base para a formulação do conhecimento acerca dele. Observou-se ainda que o parque possui valor ecológico, apesar de não ser originariamente constituído. Foi também constatado seu potencial como um elemento de centro (*hubs*) na paisagem, conforme Benedict e McMahon (2006), sendo assim viável de se constituir como um elemento integrante da potencial infraestrutura verde e azul de Aracaju.

No entanto, a não existência de um planejamento da paisagem urbana, para estruturação desta infraestrutura e suas estratégias, restringe a potencialidade dos serviços ecossistêmicos e melhoria socioambiental urbana. Fazendo-se necessário um novo olhar

⁴ Disponível: <https://infonet.com.br/noticias/politica/joao-alves-e-jaime-lerner-apresentam-projetos/>. Dez/2025.



sobre a cidade de Aracaju e o parque da Sementeira, a partir do desenvolvimento e execução de um plano voltado à implantação de infraestrutura verde e azul, de arborização urbana e de manutenção de áreas verdes na cidade.

Por fim, vale frisar que esta pesquisa foi focada principalmente na observação e vivência das autoras em visitas às obras ainda em curso do parque. Uma futura análise pode gerar uma pesquisa mais aprofundada, com base nos projetos e comparativos com a realidade. Dessa maneira, conclui-se que o parque urbano ecológico é essencial para a cidade e, quando aliado às novas tecnologias urbanas, como infraestrutura verde e azul, seu potencial ecológico é ainda maior, contribuindo, não apenas para melhoria da vida urbana, mas para a conservação do ecossistema.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade de Brasília (UnB), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) e o Laboratório de Pesquisa em Urbanismo, Patrimônio, Arquitetura e Artes (LUPAA – IFS).

REFERÊNCIAS

AHERN, J. **Green infrastructure for cities: The spatial dimension**. In: NOVOTNY, V.; BROWN, P. *Cities of the Future Towards Integrated Sustainable Water and Landscape Management*. London, UK: IWA Publishing, 2007. Disponível em: https://people.umass.edu/jfa/pdf/Chapter17_Ahern2%20copy.pdf. Acesso em: dez. 2025.

ALVES, T. D. M. **A estrutura ecológica urbana no modelo da rede estruturante da cidade**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Território–Ordenamento da Cidade, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas) – Universidade de Aveiro, 2009.

ARACAJU. **Lei n.º 42, de 04 de outubro de 2000**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju: institui o sistema de planejamento e gestão urbana e dá outras providências. Aracaju: Câmara Municipal de Aracaju, 2000.

ARACAJU. Lei n.º 42, de 04 de outubro de 2000. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. **Anexo V: Mapa das Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA**. Aracaju, 2001.

ARACAJU. **Mais verde, mais vida: Parque da Sementeira se transforma e reforça laços com a população**. Aracaju, 2025. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/113820/mais_verde_mais_vida_parque_da_sementeira_se_transforma_e_reforca_lacos_com_a_populacao.html. Acesso em: dez. 2025.

ARACAJU. **Mapa Geoambiental de Aracaju: Carta de Solos**. Aracaju, 2004.

ARACAJU. **Obra de revitalização do Parque da Sementeira moderniza espaço amado por aracajuanos**. Aracaju, 2024. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/107998/obra_de_revitalizacao_do_parque_da_sementeira_moderniza_espaco_amado_por_aracajuanos.html. Acesso em: dez. 2025.

ARACAJU. **Prefeito Edvaldo autoriza reurbanização do Parque da Sementeira: "é a materialização de um sonho"**. Aracaju, 2023. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/101904/prefeito_edvaldo_autoriza_reurbanizacao_do_parque_da_sementeira/. Acesso em: dez. 2025.

ARACAJU. **Serviços urbanos: Parque da sementeira**. Aracaju, SE, 2017. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/servicos_urbanos/parque_da_sementeira/. Acesso em: 07 dez. 2025.

BARRETO, D. C. M.; SALES, K. S.; SANTOS, M. C.; CRUZ, M. V.; LOBÃO, N. A. **Parque Augusto Franco, Aracaju/SE: as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos**. In: Seminário Turismo e Geografia – Abordagens teórico-metodológicas interdisciplinares. Universidade Federal de Sergipe, 2010, São Cristóvão/SE. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12223>. Acesso em: dez. 2025.

BENEDICT, M. A.; McMAHON, E. T. **Green Infrastructure: linking landscape and communities**. E-book. The Conservation Fund. Washington: IslandPress, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Parques e áreas verdes**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/item/8051.html>. Acesso em: dez. 2025.

CARDIM, R. **Paisagismo sustentável para o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Olhares, 2022.

CONAMA. **Resolução nº 369, de 28 de março de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Publicada no DOU no 61, de 29 de março de 2006, Seção 1, páginas 150 – 151.

DRAMSTAD, W.; OLSON, J. D.; FORMAN, Richard T. T. **Landscape ecology: principles in landscape architecture and land-use planning**. Boston: Island Press, 1996, 80p.

FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Disponível em: <https://www.livraria.ufs.br/produto/vetores-de-expansao-urbana-estado-e-mercado-na-producao-da-habitacao-em-aracaju-se/>. Acesso em: dez. 2025.

FRANÇA, V. L. A. **Diagnóstico da Cidade de Aracaju/SE**. Prefeitura Municipal de Aracaju. Secretaria Municipal do Planejamento e Orçamento. Aracaju, 2014.

FRANÇA, Vera Lúcia A. **O direito à cidade de Aracaju**. IN: FRANÇA, Vera Lúcia A. e FALCON, Maria Lúcia de O. (orgs). Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

HERZOG, C. P. **Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora; INVERDE, 2013.

LAPA, D. L.; ANDRADE, S. O.; ANDRADE, T. O.; CAMPOS, A. C. **Percepções do uso turístico do espaço urbano: estudo sobre o Parque da Sementeira**. In: Seminário Turismo e Geografia, 2010. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12223>. Acesso em: dez. 2025.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo, 1999.** 144p. Coleção Quapá. V.1. ISBN 85-901169-2-1.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** Brazilian urban parks. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010.** São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 344p.

MAPBIOMAS. **Coleção 9:** Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil de 1985 a 2023. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/FACT_MapBiomias_Mapeamento-Anual-Cobertura_Colecao8_31.pdf. Acesso em: dez. 2025.

MIRANDA, M. M. S. **O papel dos parques urbanos no sistema de espaços livres de Porto Alegre/RS: uso, forma e apropriação.** Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NOGUEIRA, A. D. **Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855-2003).** Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12296>. Acesso em: dez. 2025.

POWER, A. M. **Designing for Ecology: The Ecological Park.** MIT, 2006.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002805421>. Acesso em: dez. 2025.

RODRIGUES, L. P.; SANTOS, C. A. J. Os parques urbanos de Aracaju/SE - Brasil enquanto espaços públicos de lazer e turismo. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018.